

‘Agricultores em fúria’ mantêm atos na França

Primeiro-ministro anuncia recuo em aumento de imposto, mas não consegue apaziguar movimento de produtores rurais

Ivan Finotti

PARIS O primeiro-ministro da França, Gabriel Attal, anunciou na tarde desta sexta (26), em encontro com fazendeiros na região de Toulouse, no sul, uma série de medidas acolhendo as demandas dos “agricultores em fúria”, como foram apelidados os produtores que vêm se manifestando contra o governo nos últimos dias.

Horas depois, porém, o presidente da FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos dos Agricultores), maior sindicato agrícola do país, afirmou que ele e seus pares não ficaram satisfeitos. “Tomamos a decisão de continuar esta mobilização”, disse Arnaud Rousseau ao canal de televisão TF1.

“Os anúncios do primeiro-ministro não respondem a todas as perguntas que fazemos. Há muitas demandas às quais ele não respondeu. O que foi dito nesta noite não acalma a raiva, é preciso ir mais longe”, afirmou Rousseau.

A principal medida tomada pelo governo para acalmar os fazendeiros foi o fim do aumento gradual do imposto sobre o GNR (gasol não rotineiro), ou diesel não rodoviário, combustível obrigatório para as máquinas agrícolas no país.

O anúncio dela foi feito por Attal em uma reunião com produtores de Sully, perto da fronteira espanhola, sob os olhares de pelo menos 36 vacas e com um monte de feno lhe servindo de púlpito.

“Vamos parar com essa trajetória de aumento do GNR”, disse Attal, cedendo assim a uma das principais reivindicações dos agricultores. A legislação em vigor no governo de Emmanuel Macron estabelece — ou estabelece — um aumento anual desse imposto até janeiro de 2030.



Baguetes são distribuídas para agricultores durante bloqueio em rodovia perto de Narbonne, no sul da França. 26 jan/2024

O sistema funciona assim: o agricultor compra um litro de GNR por € 1,29 (R\$ 6,88), sendo que € 0,25 disso (R\$ 1,23) é imposto. Após a compra, ele pode pedir reembolso da taxa e receber de volta € 0,28 (R\$ 0,96).

Até aqui — que procurava equiparar os impostos sobre o GNR agrícola com aqueles imputados sobre o combustível comum — previa a diminuição, ano a ano, desse montante a ser reembolsado. Assim, se ela se mantivesse até 2025, naquele ano o agricultor pagaria os mesmos € 0,25 de imposto e receberia de volta apenas € 0,01 (R\$ 0,03).

O primeiro-ministro anu-

ciou também que, pelo menos “até o verão” (junho a agosto, na Europa), os reembolsos fiscais serão deslizados já no momento da compra, e não mais depois após seu recebimento, em uma tentativa de simplificar o processo. A isenção “seletiva de imediata”, disse ele.

Em seu discurso, Attal ainda criticou o acordo União Europeia-Mercosul, avisando que a França não vai assiná-lo. “Volta a dizer aqui, com muita clareza”, o presidente da República sempre se opôs a ele, e nos continuamos e continuaremos a fazê-lo”.

O Mercosul e a UE negociam esse acordo há pelo menos 22 anos. Hoje, o que impede sua

assinatura são sobretudo questões ambientais. Os fazendeiros franceses, no entanto, reclamam que o texto favoreceria a agricultura sul-americana e traria prejuízos devido ao risco de concorrência desleal.

A França é o maior produtor agrícola da União Europeia. Após a reunião, Gabriel Attal foi a um bloqueio na estrada A64. Perto dali, em Agen, um lavali morto foi pendurado em frente ao escritório de um fiscal do trabalho.

No Aiz, que liga o noroeste do país a Paris, cerca de 50 agricultores avisaram antes mesmo do pronunciamento do presidente da FNSEA que não tinham se comovi-

do com as medidas anunciadas e continuariam a bloquear a estrada por pelo menos mais esta noite.

Jérôme Carvial, que cultiva terras em Surtalville, afirmou ao jornal Le Monde que a ida a Paris não parecia uma boa ideia. “Fui três vezes lá de tractor, não adianta. São ótimas fotos, mas somos apenas uma atração”. Em compensação, outro agricultor, Matteo Le-grand, disse à agência de notícias Reuters ser a favor de ir à capital “para mostrar nossa raiva, as nossas queixas”.

Segundo um documento visto pela Reuters, a FNSEA planeja instalar 11 bloqueios nos principais eixos suburbanos em torno de Paris, incluindo as rodovias A6, A10 e A13.

Mais cedo, o ministro da Economia, Bruno Le Maire, afirmou que “a questão central são as receitas dos agricultores”, acrescentando que o governo garantiria preços justos.

Le Maire passou meses pressionando gigantes do setor alimentar, como o Carrefour e a Danone, a baixarem seus preços para o consumidor final.

Despertou com isso a ira dos produtores agrícolas, que dizem enfrentar dificuldades financeiras. Agora, o ministro prometeu ser “impiedoso” com os gigantes.

A poucos meses das eleições europeias de junho, a indignação dos agricultores preocupa Macron, que teme o crescente apoio desse setor à ultradireita antes das eleições para o Parlamento Europeu. O partido Renouveau National, de Marine Le Pen, atualmente lidera as sondagens com 29% dos votos, enquanto o Renascimento, sigla de Macron, tem 22% deles.

Nesta sexta-feira, Macron esteve na Índia como convidado de honra das festividades do Dia da República.

Trump é condenado a pagar US\$ 83,3 milhões a jornalista por difamação

Fernanda Perrin

WASHINGTON O ex-presidente Donald Trump foi condenado a pagar US\$ 83,3 milhões (R\$ 440 milhões) à jornalista E. Jean Carroll por um júri em Nova York nesta sexta-feira (26). Ela o acusou de tê-la estuprado em uma loja de departamento nos anos 1990, e depois de tê-la difamado por anos ao negar o crime.

Um júri já havia considerado o republicano culpado por abuso sexual e difamação em outro processo. Neste, o juiz

Lewis Kaplan também já havia condenado Trump por difamação, pendendo apenas a definição do valor da indenização a ser paga a Carroll, de acordo com sua reputação como colunista da revista Elle nas redes sociais.

Carroll afirma que Trump a estuprou nos provadores de uma loja de departamento de luxo, a Bergdorf Goodman, em Nova York. O suposto crime prescreve, mas uma lei recente no estado permitia que vítimas adultas de crimes sexuais entrassem com ações na Justiça civil, o que Carroll fez em 2019. Como o processo

transitou nesse âmbito, e não no criminal, não há pena de prisão prevista para Trump.

Esta é a segunda vez em que o empresário é condenado a indenizar Carroll. Em maio do ano passado, um outro júri já havia decidido que ele deveria pagar US\$ 5 milhões (R\$ 25 milhões) por ter abusado sexualmente dela e a difamado nas redes sociais.

“Absolutamente ridículo! Eu discordo totalmente das duas sentenças, e vou recorrer de toda essa coisa às Bruxas Coordenadas por [Joe Biden e mim] e ao Partido Republicano. Nosso sistema legal está fora de controle, e sendo usado como uma arma política”, escreveu Trump em sua rede social, Truth, após a decisão.

Em testemunho à Justiça, a jornalista, hoje com 80 anos, afirmou que apoiadores do empresário, impelidos por ele, passaram a atacar não apenas ela como sua reputação como colunista da revista Elle nas redes sociais.

Carroll afirma que Trump a estuprou nos provadores de uma loja de departamento de luxo, a Bergdorf Goodman, em Nova York. O suposto crime prescreve, mas uma lei recente no estado permitia que vítimas adultas de crimes sexuais entrassem com ações na Justiça civil, o que Carroll fez em 2019. Como o processo

Justiça do Quênia veta envio de policiais e freia missão no Haiti

NAIROBI (QUÊNIA) | **AFP** O Supremo Tribunal do Quênia considerou nesta sexta-feira (26) “inconstitucional, ilegal e inválido” o plano do governo de enviar mil agentes policiais ao Haiti para uma missão internacional apoiada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

“O Conselho de Segurança Nacional não tem nenhum mandato para enviar agentes da polícia nacional para fora do Quênia”, avaliou o juiz Enoch Chacha Mwita. Segundo o porta-voz Isaac Mwangi Mwaura, o governo queniano recorrerá imediatamente à decisão judicial.

A sentença freia, ao menos por ora, a iniciativa de enviar uma força multinacional para conter a violência em Port-au-Prince, hoje em grande parte controlada por grupos armados. Em 2023, a violência de gangues deixou cerca de 2.000 mortos no Haiti, dos quais mais de 2.700 eram civis, de acordo com o último relatório da ONU.

O Quênia concordou em enviar uma missão à ilha em julho de 2023. Em novembro, o plano foi aprovado pelo Parlamento, mas a iniciativa gerou protestos no país.

China na berlinda

Na ONU, país é questionado até por aliados sobre violações de direitos

Igor Patrik

Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

O encarceramento massivo da minoria uigur em Xinjiang, o desrespeito aos costumes religiosos tibetanos, a erosão das liberdades civis em Hong Kong. Estas são temas que os leitores mais atentos certamente se acostumaram a ver nas páginas deste jornal nos últimos anos da cobertura da China. Nesta semana, eles todos voltaram a ser lembrados na Revisão Periódica Universal do país asiático no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

As longas e um par de horas

dezenas de países se revezaram para analisar a situação dos direitos humanos por lá. Este é um processo corriqueiro, em vigor há quase 20 anos, e que recebeu especial atenção após o mesmo conselho votar, em 2021, a China estar “potencialmente” violando os direitos da minoria étnica muçulmana uigur.

Para Pequim, esta foi uma oportunidade de defender seus pontos de vista e flexionar sua força diplomática junto a parceiros do Sul Global — termo

usado para se referir ao grupo de países emergentes —, que dependem dos chineses para investimentos e empréstimos. Spies: as coisas não saíram exatamente como planejado.

No início da semana, a agência de notícias Reuters noticiou que os diplomatas chineses empreenderam uma ostensiva campanha de lobby, enviando cartas a países amigos em que antecipavam sua defesa.

Para os mais próximos, Pequim chegou até a sugerir que

tópicos do seu trabalho pelo promoção dos direitos humanos deveriam ser elogiados — como erradicação da pobreza extrema, participação feminina no mercado de trabalho, universalização de serviços públicos etc.

A campanha colocou em aliados próximos como Venezuela, Bolívia, Cuba, Rússia e Belarus. Mas entre outros parceiros do Sul Global, sobretudo na América Latina, a forma como os membros do conselho se portaram indicou que não será tão

fácil para a China pedir que sejam vista grossa.

O Brasil e a Colômbia, por exemplo, pediram imediatamente a retirada na pena de morte. A China é o país que mais executa presos no mundo, embora os números exatos sejam considerados segredos de Estado e não sejam conhecidos. A Anistia Internacional calcula que, todos os anos, milhares de presos recebem a pena capital por lá.

O México pediu proteção aos direitos sociais e reprodutivos das mulheres, enquanto Peru e Paraguai cobraram respostas a inúmeros pedidos de direitos da ONU para entrar no país e conduzir investigações sobre supostas violações aos direitos humanos. Como resultado, não apenas a concessão de vistos, mas liberdade irrestrita para conversar com testemunhas sem risco de assédio governamental.

Em geral, as revisões periódicas costumam valer pouca coisa, já que membros só podem fazer recomendações, não vinculantes. A China também costuma encher a sala com as chamadas GONGOS, ONGs que recebem apoio financeiro do regime e frequentemente adotam uma postura pró Pequim quando recebem direito de fala.

Do ponto de vista da retórica, porém, é um sinal da dificuldade para Pequim em unificar sua narrativa e criar um bloco consistente a seu favor no órgão da ONU. É inequívoco que dinheiro vale muito — e o número de missões diplomáticas que passam pano em troca de alguns trocados só aumentou. Com o tempo, talvez os compradores de alguns países do Sul Global quando expostos à toda a comunidade internacional saia um pouco mais cora-